



GABINETE DO PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

PROC. Nº 222/25

FOLHA Nº 02

OF.PROLEI.Nº 065/25

Dê ciência aos membros da Casa por meio eletrônico.

Para leitura no expediente da Sessão de.....10.....

de Novembro de 2025

G.P.06...../.....22...../.....2025.....

Mogi Mirim, 4 de novembro de 2025.

Ao Excelentíssimo Senhor
Vereador CRISTIANO GAIOTO
Presidente da Câmara Municipal

Cristiano Gaioto
Presidente da Câmara

Senhor Presidente,

Ao encaminhar propositura para apreciação
dessa colenda Câmara de Vereadores, peço-lhe que o Projeto de Lei, objeto da
MENSAGEM Nº 065/25, seja discutido e votado sob o **REGIME DE**
URGÊNCIA, de acordo com o previsto no art. 54 da vigente Lei Orgânica deste
Município.

Respeitosamente,


DR. PAULO DE OLIVEIRA E SILVA
Prefeito Municipal



GABINETE DO PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

PROC. Nº 222/25
FOLHA Nº 03

MENSAGEM Nº 065/25

[Processo SEI nº 001041.000020/2025-23]

Mogi Mirim, 4 de novembro de 2025.

Ao Excelentíssimo Senhor
Vereador CRISTIANO GAIOTO
Presidente da Câmara Municipal

Senhor Presidente,

Busca-se com o incluso Projeto de Lei a necessária e indispensável autorização dessa E. Casa Legislativa para que este Poder Executivo possa autorizar a permissão de bens móveis de propriedade do Município de Mogi Mirim à **Organização da Sociedade Civil EQUIPOTÊNCIA ENTIDADE FILANTRÓPICA E ASSISTENCIAL**, entidade regularmente constituída e atuante na área social.

A medida decorre de Processo Administrativo instaurado para regularização da permissão dos bens adquiridos com recursos provenientes de Emenda Parlamentar Federal – GND 4 (Programação nº 353080520230006), destinados à referida entidade.

Nos termos do art. 29 da Portaria MC nº 580/2020, a aquisição dos equipamentos e materiais permanentes deve ser realizada pelo ente municipal, mediante procedimento licitatório. Concluída a aquisição, a legislação federal determina que a utilização dos bens seja formalmente cedida à unidade beneficiária mediante Acordo de Cooperação, em conformidade com a Lei Federal nº 13.019/2014.

Entretanto, em observância ao disposto no § 2º do art. 114 da Lei Orgânica do Município, a permissão de uso de bens públicos a terceiros depende de prévia autorização legislativa, o que motiva o encaminhamento da presente propositura.

Ressalte-se que os bens listados já foram parcialmente adquiridos e entregues à entidade beneficiária, conforme Termos de Entrega anexos ao Processo Administrativo Digital. Novos certames licitatórios estão em andamento visando à complementação do conjunto de itens originalmente previstos.

A regularização proposta garante a devida formalidade e transparência ao uso dos bens públicos, assegurando a correta aplicação dos recursos federais e a continuidade das ações assistenciais desenvolvidas pela OSC, em benefício direto da população mogimiriana.

Diante do exposto, submete-se o presente Projeto de Lei à apreciação dos nobres Vereadores, solicitando sua aprovação, em razão de sua relevância social e da necessidade de atendimento às exigências legais aplicáveis, como nele e contém e declara.

Respeitosamente,

DR. PAULO DE OLIVEIRA E SILVA
Prefeito Municipal